

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA DOS LIBANESES Nº 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425

SENTENÇA

Processo nº: 0006034-50.2018.8.26.0037
 Classe – Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral
 Requerente: Jeferson Luiz de Oliveira
 Requerido: Alex Ferreira de Souza

Juiz de Direito: Dr. ROGERIO BELLENTANI ZAVARIZE

Vistos.

Trata-se de ação obrigacional e indenizatória, alegando que em 08.05.2015 vendeu o veículo especificado para o réu, que se obrigou ao pagamento das prestações correspondentes ao financiamento ao qual estava vinculado o automóvel e também se comprometeu a quitar as multas e transferir os pontos das infrações de trânsito. Aponta a existência de parcelas do financiamento que estão pendentes e o inadimplemento de multas e impostos, bem como a incidência de pontos na carteira nacional de habilitação do autor. Entende ser o réu o responsável pelo transtorno causado pelo inadimplemento do contrato, afirmando ter sofrido constrangimento passível de reparação por dano moral. Requereu a procedência para obter o cumprimento de obrigação de fazer consistente na quitação do contrato de financiamento, regularização da documentação do veículo, com o pagamento dos débitos incidentes sobre o veículo, bem como a transferência de pontuação das infrações de trânsito, sob pena de multa diária e indenização por dano moral em valor a ser arbitrado pelo juízo.

Dispensado o relatório (art. 38 da Lei nº 9.099/95), passa-se à motivação e à decisão.

Certificou-se a ausência de contestação no prazo legal (pág. 50).

A revelia provoca presunção de veracidade dos fatos, mas nem por isso a procedência é total, pois o art. 20 da Lei nº 9.099/95 ressalva que reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados, “salvo se o contrário resultar da convicção do juiz”. E autorizada doutrina ensina que “...algumas vezes, mesmo com o reconhecimento da veracidade dos fatos alegados pelo autor, a ação é julgada improcedente, pois a pretensão do autor nem sempre encontra respaldo no direito” (Chimenti, Ricardo Cunha. Teoria e Prática dos Juizados Especiais



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA DOS LIBANESES Nº 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425

Cíveis Estaduais e Federais. São Paulo: Saraiva, 13ª Ed., 2012, p. 177).

Não há controvérsia sobre o negócio realizado entre as partes, com a entrega do veículo em nome do autor à posse do réu. Houve contrato escrito (págs. 6/7).

Dentre outras cláusulas, consta obrigação do réu de pagar as parcelas pendentes até a data do vencimento (cláusula 2ª: pág. 6) e de que se responsabilizará por qualquer dano, multas, infração e/ou encargos que venham a recair sobre o veículo ou a terceiros a contar daquela data (cláusula 4ª).

Há previsão também que na hipótese de incidência de pontos na carteira nacional de habilitação do vendedor, o comprador obriga-se imediatamente a efetuar a transferência para o seu nome (cláusula 5ª: pág. 6).

Vê-se que de fato o réu não deu cumprimento adequado. O extrato dos pagamentos datado de 12.05.2018 comprova que naquela data as parcelas vencidas eram as de 26.08.2017 a 26.04.2018 e quase todas foram quitadas com atraso (pág. 8). Além disso, deu causa a uma série de infrações de trânsito aptas a prejudicar o autor.

Observe-se que há pedido obrigacional para determinar o pagamento do débito (item a), e ele tem fundamento no instrumento contratual entre as partes. Nem seria preciso determinar que se cumpra contrato, mas se vê que sem intervenção estatal, não será cumprido mesmo.

A obrigação de pagar as parcelas e de anexar aos autos a comprovação escrita deverá ser cumprida no prazo de quinze dias, a contar de oportuna intimação. Em caso de descumprimento, haverá multa diária no valor de cada parcela.

Caso neste interregno tenham sido pagas, não haverá incidência da multa, é óbvio.

Outrossim, o autor faz jus à concessão da determinação para que o réu pague os demais débitos incidentes sobre o veículo (multas, IPVA, licenciamento e DPVAT), conforme os documentos trazidos aos autos (págs. 9/10, 13, 17/18). A obrigação deverá ser cumprida no mesmo prazo, quinze dias, a contar da oportuna intimação, sob pena de multa de R\$100,00 por dia de atraso na quitação, até o limite de R\$5.000,00.

Ressalta-se que é obrigação de todo condutor observar e respeitar a legislação de trânsito, evitando assim as autuações.

Tal dever fica mais evidenciado quando está conduzindo



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA DOS LIBANESES Nº 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425

veículo em nome de outrem. Parece que o réu não se preocupou com isso, e, por tal motivo, deve responder.

No entanto, a pretensão para determinar que o réu quite o contrato e transfira o financiamento para seu nome não pode ser acolhida, na medida em que por isso o réu não se obrigou. Inexiste previsão contratual para que ele pague todas as parcelas.

Ainda, quanto à medida de transferência de contrato para nome do requerido, há necessidade da participação do agente fiduciário para que expresse sua anuência.

Com relação à pretensão obrigacional para transferência de pontos, também não é possível o deferimento.

Observa-se do extrato de multas e da notificação da infração ocorrida em Ubatuba (págs. 13 e 18) que o prazo para indicação do condutor já findou-se e algumas, possivelmente, nem mesmo estariam com a pontuação vigente em razão do período de um ano em que permanecem anotadas na carteira de habilitação.

Mas, mesmo havendo alguma pontuação na carteira do autor, não é possível proferir decisão determinando sua transferência ou da responsabilidade financeira, porque implicaria numa espécie de "desconsideração" de atos administrativos sem que a Fazenda Pública seja parte na relação processual.

Referida decisão não pode ser adotada sem efetivo contraditório envolvendo a Fazenda Pública, através dos seus órgãos diretamente interessados, e não pode ser proferida sentença com referido alcance pelo Juizado Especial Cível, por expressa exclusão legal (art. 3º, §2º da Lei nº 9.099/95). Nesta Comarca de Araraquara, há Vara da Fazenda Pública, com as atribuições para tal exame.

Por fim, de indenização por dano moral não se pode falar. A situação deve se limitar ao ressarcimento do prejuízo material, pois tem origem meramente contratual.

Prestigiada doutrina oferece lição neste exato sentido: "O inadimplemento do contrato, por si só, não acarreta dano moral, que pressupõe ofensa anormal à personalidade. É certo que a inobservância de cláusulas contratuais gera frustrações na parte inocente, mas não se apresenta (em regra) como suficiente para produzir dano na esfera íntima do indivíduo, até porque o descumprimento das obrigações contratuais não é de todo imprevisível." (Cahali, Yussef Said. *Dano Moral*. RT, 4ª Ed., 2011, p. 430).


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA DOS LIBANESES Nº 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425

Assim se consolidou a jurisprudência dos juizados, com a edição da Súmula Nº 6 da Turma de Uniformização (“Mero inadimplemento contratual, sem circunstâncias específicas e graves que a justifiquem, não dá ensejo a indenização por danos morais”). A Turma de Uniformização foi criada a partir do art. 18 da Lei nº 12.153/09 e tem o objetivo de uniformizar a interpretação no âmbito dos juizados nas questões de direito material.

Não é só isso.

Inobstante o descumprimento da lei de trânsito tenha gerado prejuízo certo ao autor, ele também descumpriu norma ao negociar o veículo.

O autor foi imprudente ao firmar negócio. Por tais razões, não merece indenização por dano moral, porque eventual prejuízo derivou também do próprio comportamento imprudente.

O art. 945 do Código Civil estabelece que a indenização será fixada tendo em conta a gravidade da culpa da vítima, se esta concorrer de forma culposa para o evento danoso.

Ainda que o ordenamento admita a indenização, segundo a gradação da culpa, no presente caso não se vê possibilidade nem de arbitrar indenização parcial, uma vez que o ato do autor se fez *contra legem*.

As partes não poderiam ter transacionado o veículo, como fizeram, sem anuência do agente fiduciário. A alienação fiduciária transfere ao credor o domínio e a posse indireta do bem, e o devedor é apenas possuidor direto e depositário (art. 66 da Lei nº 4728/65, com redação do art. 1º do Dec. Lei nº 911/69), não tendo disponibilidade do bem, sem anuência de quem lhe emprestou recursos para adquiri-lo.

Para os fins do art. 489, §1º, IV do Código de Processo Civil, não há outros argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada e que não tenham sido considerados e valorados.

Diante do exposto, julgo **PROCEDENTE EM PARTE** a pretensão para determinar ao réu o cumprimento de obrigação de fazer consistente no pagamento das parcelas atrasadas especificadas no documento de pág. 8 e apresentar a comprovação nos autos no prazo de quinze dias, após oportuna intimação, sob pena de multa diária no valor semelhante a cada prestação, bem como o cumprimento de obrigação de fazer consistente no pagamento das infrações de trânsito constantes no documento de págs. 13 e 18, IPVA, DPVAT e licenciamento (págs. 9/10), também no prazo de dias, após oportuna intimação, sob pena de multa de R\$100,00 por dia de atraso na quitação. Não há sucumbência nesta fase (art. 55 da Lei nº 9.099/95).

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE ARARAQUARA****FORO DE ARARAQUARA****VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL****RUA DOS LIBANESES Nº 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425**

O recurso cabível é o inominado (art. 41 da Lei nº 9.099/95). O preparo compreende as custas dispensadas em primeiro grau (art. 54, parágrafo único, da Lei nº 9.099/95 e art. 4º, I e II da Lei Estadual nº 11.608/03, conforme a Lei nº 15.855/15); é a soma de 1% do valor da causa ou cinco Ufesps (o que for maior), mais 4% da causa ou cinco Ufesps (o que for maior).

Após o trânsito em julgado, dê-se vista à parte credora.

Publique-se. Intimem-se.

Araraquara, 03 de dezembro de 2018.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006